

(RE)LER E (RES)SIGNIFICAR PÊCHEUX EM RELAÇÃO A ALTHUSSER

Ismael FERREIRA-ROSA *

Diana Pereira Coelho de MESQUITA **

Sônia de Fátima Elias Mariano CARVALHO ***

- **RESUMO:** O trabalho ora proposto objetiva analisar os fundamentos da teoria marxista na teoria materialista do discurso, proposta por Michel Pêcheux, quando da instauração de outro campo de estudos dentro da Linguística – a Análise do Discurso –, por meio de uma análise interfacial entre os pressupostos teórico-conceptuais de Louis Althusser e as noções propostas por Pêcheux. Nesse sentido, problematizaremos alguns elementos da episteme desse campo teórico que se inaugurou no imo dos terrenos da Linguística, procurando perceber em que medida Michel Pêcheux (res)significou, (re)leu o que Althusser preconizou a respeito do materialismo histórico. Para realizar esse intento, estabeleceremos uma análise da obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, com o fito de mapear as retomadas que o autor faz das noções defendidas por Althusser e como ele as (res)significa e promove deslocamentos conceptuais que vão compor o construto teórico da Análise do Discurso. Tal mapeamento revelou a preocupação de Pêcheux em buscar uma teoria que demonstrasse o lugar da materialidade dos processos políticos, econômicos e ideológicos que tecem a trama da luta de classes, ressaltando um lugar que instaura efeitos desses processos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Michel Pêcheux. Louis Althusser. Ideologia. Discurso. (Re)Tomadas. (Res)Significação.

Introdução

Baseados na possibilidade de proceder a uma análise interfacial entre os fundamentos teóricos althusserianos e os pressupostos teóricos preconizados por Michel Pêcheux sobre a Análise do Discurso Francesa, pretendemos problematizar elementos da episteme desse campo teórico-conceptual no que se refere à questão de (re)leituras e (res)significações que Pêcheux

* UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística. Uberlândia – MG – Brasil. 38408-100 – ismfero@gmail.com

** UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística. Uberlândia – MG – Brasil. 38408-100 – dianamesquita@msn.com

*** UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística. Uberlândia – MG – Brasil. 38408-100 – soniafelias88@gmail.com

constrói em relação ao pensamento de Althusser, reputando as colaborações do pensamento de ambos sobre o marxismo, mais especificamente, sobre o materialismo histórico na formação do campo conceitual da Análise do Discurso (AD).

Para tanto, analisaremos, sobretudo, a obra pecheuxtiana *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (SD) em busca de considerações feitas pelo próprio autor que nos permitam promover uma discussão acerca dos aspectos que o mesmo retoma sobre o pensamento de Althusser e em que medida releituras, ressignificações e deslocamentos conceituais são feitos no campo teórico da AD.

Sabemos que os dois autores estão inscritos ideologicamente no marxismo e este é o ponto que os aproxima, entretanto Pêcheux demonstrou, ao longo de seus estudos, grande inquietação em buscar uma forma de construir uma materialidade que pusesse em funcionamento os primados e princípios da teoria marxista-leninista, fato que o interpelava intensamente. Para ele, o marxismo, muito mais que uma prática – social, política, antropológica, etc. –, que muitas vezes se dispersava na utopia e no idealismo, era materializado em práticas discursivas, subsistindo às intempéries críticas de projeções de um conhecimento teórico-científico, sobre o qual eram levantadas muitas questões. Algumas dessas questões se configuram em SD, as quais servirão de sequências discursivas tomadas como *corpus* para a análise a que nos propomos.

A preocupação aqui, contudo, não é a de investigar os sujeitos empíricos Pêcheux e Althusser ou mesmo o lugar social que ocupam. Essas questões deixaremos para os estudiosos que exaustivamente se dedicam à criação de uma exegese da obra de tais autores. O objetivo deste trabalho é perceber em que medida Pêcheux (re)toma, (re)lê e (res)significa os fundamentos do marxismo-leninismo na perspectiva teórica em que são tomados por Althusser sobre sujeito, ideologia, aparelhos ideológicos de Estado, luta de classes e relações de poder. Para tanto, trabalharemos mormente com as obras *Aparelhos Ideológicos de Estado, Réponse a John Lewis*, de Louis Althusser, e *Semântica e Discurso*, de Michel Pêcheux.

Não é intento desta reflexão analisar as citações e discussões de Althusser ou de Pêcheux tendo como aparato teórico básico o marxismo. É claro que reconhecemos o lugar discursivo do marxismo como acontecimento que perpassa a obra de ambos os autores, mas a proposta é separar o que é de Althusser e o que é de Pêcheux e perceber em que medida as reflexões teóricas de ambos se atravessam, imbricando-se e confluindo para o esboço de uma teoria materialista do discurso.

Uma palavra sobre a (res)significação das teorias

Para iniciarmos o trabalho, tencionamos primeiramente fazer algumas reflexões sobre como uma teoria se constitui a partir de outras teorias anteriormente propostas, no intuito de facilitar a compreensão do sentido em que Pêcheux (re)toma a teoria de Althusser sobre o marxismo e os aparelhos ideológicos de Estado, como ele a (re)lê e a (res)significa, instaurando a base teórico-conceitual da Análise do Discurso.

Observa-se que uma teoria é produzida por um trabalho de movência conceitual no interior de um campo epistemológico específico. Essa movência ocorre em relação ao que o propositor de uma teoria outra toma, em um dado referencial teórico, o que deseja problematizar, construindo um distanciamento de sua significação inicial. A partir daí, esse referencial teórico outro (ou a teoria (res)significada) se desloca da base teórica anterior e passa a compor uma base epistemológica de conceitos que podem ser transpostos do referencial teórico, tomado como suporte para serem incorporados a esta “teoria outra”.

Assim, constitui-se, pouco a pouco, um referencial teórico outro cuja finalidade é configurar-se como aporte epistemológico a uma demanda que já se configurava na teoria existente. O conjunto desses dispositivos teóricos e práticos constitui, em seu conjunto, segundo Pêcheux, sob o pseudônimo de Herbert (1995), uma “matéria-prima” ideológica que pode e deve ser teoricamente transformada. Quando nos referimos à ideologia, queremos ressaltar que toda teoria é inicialmente atravessada pela ideologia daquele que a propõe. Assim, a ideologia, enquanto referida ao processo de produção de conhecimentos, aparece, de acordo com Pêcheux, “[...] como o processo original pelo qual conceitos operatórios técnicos, tendo sua função primeira no processo de trabalho, são destacados de sua sequência operatória e recombinados em um discurso original.” (HERBERT, 1995, p.67).

Cabe ressaltar que, quanto mais uma teoria explicar de forma pertinente e coerente aquilo que se propõe, ultrapassar o limite daquilo que é conhecido sobre sua área de conhecimento e fizer previsões verificáveis, mais aceita ela será por uma comunidade científica.

O aparecimento de práticas teóricas não acontece de forma inusitada, sem exaustivos estudos; ao contrário, resulta de um trabalho de pesquisa, de (re) formulações, de (res)significações, de atravessamentos e outras conclusões.

Segundo Pêcheux (1997, p.190).

[...] a produção histórica de um conhecimento científico dado não poderia ser pensada como uma “inovação nas mentalidades”, uma “criação da imaginação humana”, um “desarranjo dos hábitos do pensamento”, etc.

(cf. T. S. Kühn), mas como o efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica.

Em outras palavras, na perspectiva marxista apresentada por Pêcheux (1997), as condições da produção dos conhecimentos científicos estão circunscritas às condições econômicas e não econômicas da reprodução/transformação das relações de produção. Assim, as condições de aparição de uma teoria outra estão ligadas a outras formas de organização do processo de trabalho, impostas pela instauração do modo de produção capitalista, e a outras condições de reprodução da força de trabalho, que correspondem a essas formas de organização.

Pensando em Pêcheux e Althusser, podemos dizer que seus pensamentos teóricos não estão separados da história (da luta de classes), uma vez que “[...] constituem compartimentos especializados das ideologias práticas sobre o terreno da produção dos conhecimentos, com discrepâncias e autonomizações variáveis.” (PÊCHEUX, 1997, p.191).

Assim,

[...] o sistema das ideologias teóricas, próprio a uma época histórica dada, com as formações discursivas que lhes são correspondentes, é, em última instância, determinado pelo todo complexo com dominante das formações ideológicas em presença (isto é, o conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado). (PÊCHEUX, 1997, p.191).

Uma outra proposta teórica, ao ser fundada, sofre uma ruptura em dado momento com as teorias que lhe serviram de suporte fundador, para, assim, constituir-se efetivamente como teoria. O momento histórico dessa ruptura inaugura um outro campo epistemológico. Nesse sentido, os conceitos que compõem essa nova teoria se deslocam da figura do seu sujeito-fundador¹ para fazer parte de um arsenal teórico e histórico acessível a outros sujeitos. Esses sujeitos vão se inscrever ou não nessa formação discursiva, a depender de sua identificação ou desidentificação com as proposições do aparato conceptual dessa teoria outra. Afinal, já mencionamos anteriormente que a criação teórica é atravessada pela ideologia na qual aquele que a propõe está assujeitado.² Além disso, não há discurso de uma ciência ou de uma teoria.

¹ Sujeito-fundador não se refere ao sujeito empírico, enquanto pessoa-indivíduo, mas a um sujeito constituído a partir de sua inscrição no discurso científico que lhe autoriza fundar ou inaugurar uma outra teoria, tendo por base campos teórico outros. Com efeito, um sujeito, circunscrito a uma cientificidade, que instaura uma outra episteme, cuja esteira conceptual se distancia do suporte teórico no qual baseou-se. Portanto, não pode ser entendido aqui como um sujeito senhor e proprietário de um discurso, mas um sujeito constituído no e pelo discurso científico que funda e instaura discursividades.

² Assujeitamento, em nossa concepção, não é visto no sentido althusseriano ou marxista de submissão do indivíduo à ideologia dominante, mas como o mecanismo pelo qual indivíduos constituem-se sujeitos, pois é no seio de uma ideologia que o indivíduo torna-se sujeito, não existindo ideologia sem sujeitos, nem sujeitos

Assim, ainda em consonância com Pêcheux (1997), o processo de produção dos conhecimentos é um “corte continuado”, pois não para de *se separar*, de forma que não se pode afirmar que há um puro “discurso científico” sem ligação com alguma ideologia. A criação de uma outra teoria resulta sempre de um deslocamento e não de um apagamento do sujeito-fundador ou da ideologia em que ele está inserido.

Diante do exposto, pensamos que mesmo que uma teoria seja aceita pelos sujeitos em geral, ela nunca estará completa. Estará constantemente em processo de movências e deslocamentos epistemológicos, portanto não pode ser tida como uma verdade definitiva. Isso ocorre especialmente com as teorias do discurso, que têm como característica fundamental a proposição de não fixidez e da heterogeneidade como traço constitutivo da linguagem.

Feitas essas considerações sobre a constituição de um campo teórico outro que não pode ser tomado como uma inovação autêntica e original nas mentalidades científicas, passaremos à discussão da relação dialógico-fundante Pêcheux/Althusser na constituição da teoria materialista do discurso. Nessa perspectiva, ressaltamos que um campo teórico outro não pode ser considerado como o resultado de um ato criador da imaginação humana, mas como um efeito de um processo histórico, balizado pelas condições de reprodução/transformação das relações de produção que parte de uma teoria precedente e instaura-se em um corte continuado.

Sobre as (re)leituras, (re)tomadas e (res)significações de Pêcheux sobre Althusser

Althusser é conhecido como um teórico das ideologias e um de seus trabalhos mais ressaltantes é *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado* (2003).³ Nesta obra é estabelecido o conceito de ideologia e definidos o que são e quais são os aparelhos ideológicos de Estado (AIE), relacionando-os à teoria marxista. Assim, podemos afirmar que os Aparelhos Ideológicos de Estado constituem a “espinha dorsal” da teoria althusseriana.

A ideologia, para Althusser, é a relação imaginária transformada em práticas, reproduzindo as relações de produção vigentes. Em sua tese sobre a Ideologia, é constante a preocupação em encontrar o lugar da submissão espontânea, o seu funcionamento e suas consequências para o movimento social. Para ele, a dominação burguesa só se estabiliza pela autonomia dos aparelhos ideológicos

sem ideologia. Dessa forma, leia-se assujeitamento como “tomado sujeito por”, devir da relação ideologia/ indivíduo.

³ Obra publicada originalmente em 1970.

de Estado. Estes promovem uma organização social rigidamente estabilizada, planejada e definida pelo Estado, em que não há espaço para os cidadãos, que devem manter-se resignados ao poder do Estado, onipotente, onipresente e dominante.

Pêcheux, em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1997),⁴ por sua vez e em seu tempo, estuda a base dos conceitos marxistas e da teoria althusseriana sobre os aparelhos ideológicos de Estado e avança no sentido de promover um estudo materialista do discurso.

A partir da interface entre esses dois autores e suas respectivas obras, partiremos para uma análise das (re)leituras, (re)tomadas e (res)significações de Pêcheux em relação às teorias de Althusser sobre a Ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado.

Em princípio, Althusser reconhece que a “teoria marxista” concebe o Estado como aparelho repressivo e, a partir desse reconhecimento, procura retificá-la, acrescentando-lhe a metáfora do aparelho ideológico de Estado. É relevante ressaltar que, para este autor, “a teoria de Marx sobre a ideologia não é marxista!” (ALTHUSSER, 2003, p.38). E ele explica:

[...] a teoria da ideologia formulada na Ideologia Alemã não é marxista, pois é encarada como uma justaposição “imaginária”, um puro sonho, vazio e vão, constituído pelos “restos diurnos” da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos concretos, materiais, que produzem materialmente sua própria existência. Portanto, trata-se de uma formulação positivista. (ALTHUSSER, 2003, p.38).

O objetivo de Althusser, então, era criar uma teoria da ideologia em geral, de modo que a mesma não exprimisse pura e simplesmente posições de classe, como o fazem as ideologias particulares que possuem uma história e cuja determinação está nas relações de produção.

Na tradição marxista, o Estado é concebido como um aparelho repressivo que permite às classes dominantes assegurar a sua dominação sobre a classe operária. Ele é designado como o aparelho de Estado (AE). Althusser coloca que, para os marxistas, é esse AE que define o Estado como força de execução e de intervenção repressiva a serviço das classes dominantes, ou seja, é ele que designa o aparelho repressivo de Estado (ARE). O ARE tem caráter repressivo e funciona, primeiramente, por meio da violência, inclusive física, e, secundariamente, por meio da ideologia, uma vez que não existe aparelho unicamente repressivo. Nesse ponto, ele difere do Aparelho Ideológico de Estado que funciona por meio da ideologia, em primeiro lugar, e por meio

⁴ Obra publicada originalmente em 1975.

da repressão, em segundo lugar, seja ela bastante atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica.

Para os marxistas clássicos, o objetivo da luta de classes é fazer com que o proletariado tome o poder de Estado para destruir o aparelho burguês existente e substituí-lo por um aparelho de Estado proletário, no intuito de pôr fim ao poder do Estado e a todo aparelho de Estado.

Althusser retoma a teoria marxista de Estado e constrói uma (re)leitura a partir do momento em que propõe a distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado, apresentando uma outra visão dessa “realidade” por meio do conceito de aparelhos ideológicos de Estado (AIE).

No entanto críticas, notadamente de historiadores econômicos, são feitas à sua teoria sobre os AIEs, e a principal delas diz respeito ao seu funcionalismo, ou seja, a teoria de Althusser seria uma tentativa de recuperar, em favor do marxismo, uma interpretação que definisse os órgãos somente por suas funções imediatas, fixando a sociedade no interior de certas instituições ideológicas. Dessa crítica Althusser (2003, p.110) se defende dizendo que

[...] não é possível concebermos o sistema de direção ideológica da sociedade pela classe dominante, ou seja, os efeitos de consenso da ideologia dominante (“que é a ideologia da classe dominante”, Marx) como um puro e simples dado, como um sistema de órgãos definidos que decorrem automaticamente da dominação violenta da própria classe, ou que foram erigidos, pela clarividência política dessa classe, com determinados fins, definidos por suas funções.

O autor coloca que a luta de classes não é o resultado da rebelião da classe operária contra a injustiça social, a desigualdade ou a exploração capitalista, pois isso a reduziria à luta da classe operária contra certas condições de exploração dadas, funcionando como uma réplica da burguesia a essa luta. Destarte, seria esquecido que o processo de constituição das condições de exploração operária é a forma fundamental da luta de classe burguesa. Nesse sentido, a exploração já é luta de classe.

Pêcheux, por sua vez, reconhece que Althusser consegue absorver o essencial da tese materialista que consiste em colocar a independência do mundo exterior (e do conhecimento objetivo de suas leis) em relação ao sujeito e a dependência do sujeito com relação ao mundo exterior.

Entretanto, o precursor da AD, preocupado em construir uma teoria materialista do discurso, prioriza o questionamento sobre como conceber a intervenção da filosofia materialista no domínio da ciência linguística. Essa intervenção, para ele, consiste em “[...] abrir campos de questões, em dar trabalho à Linguística

em seu próprio domínio e sobre seus próprios 'objetos', por meio de sua relação com objetos de um outro domínio científico: a ciência das formações sociais." (PÊCHEUX, 1997, p.90).

Althusser, todavia, não se preocupou com a Linguística ao estudar os aparelhos de Estado e a Ideologia. Por isso talvez tenha partido de Pêcheux o reconhecimento de que é necessária a articulação da Linguística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos e que o sistema da língua é o mesmo para qualquer um, seja ele materialista ou idealista, revolucionário ou reacionário, dotado ou não de um conhecimento dado. Pêcheux (1997, p.91) ressalta que "[...] a língua se apresenta como a base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos."

Assim, para ele, uma teoria materialista dos processos discursivos, ao se constituir, não pode reproduzir, como um de seus objetos teóricos, o "sujeito" ideológico como "sempre-já dado".

Pêcheux aborda ainda outro ponto: o da prática política revolucionária na união do movimento operário com a teoria marxista. Ele ressalta que os interesses teóricos do materialismo histórico e os interesses práticos (políticos) do movimento operário são indissociáveis. Por isso afirma que "[...] não há, pois, e não poderia existir, 'ciência burguesa' da História." (PÊCHEUX, 1997, p.203). Para ele, o materialismo histórico é a ciência experimental da história. Assim, a prática marxista-leninista da política constitui uma "experimentação histórica", mas apesar de os conceitos serem os do marxismo-leninismo, "[...] os dispositivos (não confundi-los com 'instrumentos', 'sistemas' ou 'montagens') são as organizações do movimento operário e, sobretudo, os 'partidos do tipo novo', no sentido leninista do termo." (PÊCHEUX, 1997, p.205). Dessa forma, a transformação das relações de produção, que vai desde a tomada do poder político pelos trabalhadores à ocupação-transformação-destruição da "máquina do Estado", na transição socialista para o modo de produção comunista, é o objeto dessa prática, caracterizada por uma "transformação da luta em não luta pelo desenvolvimento de uma luta nova." (PÊCHEUX, 1997, p.207).

E essa prática, segundo Pêcheux, inclui um trabalho político sobre o aparelho de Estado e um trabalho político-ideológico sobre os aparelhos ideológicos de Estado, propostos por Althusser.

Para este último, toda formação social é resultado de um modo de produção dominante e, para existir, ao mesmo tempo em que produz, deve reproduzir as condições de sua produção, ou seja, ela precisa reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes. Assim, é a qualificação do trabalho que se constitui em condição necessária à reprodução das forças produtivas.

É necessário que se assegure, também, a reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção. Essa reprodução não se dá no nível da empresa, mas, sim, fora dela. A reprodução da força de trabalho é assegurada ao se dar à força de trabalho o meio material de se reproduzir: “o salário” (ALTHUSSER, 2003, p.56). Essa reprodução evidencia, além da reprodução de sua “qualificação”, a reprodução de sua submissão à ideologia dominante.

Para Pêcheux, a reprodução, bem como a transformação das relações de produção, é um processo objetivo cujas especificidades é preciso desvendar, e não um simples estado de fato que bastaria ser constatado.

Para Althusser (2003), numa sociedade de classes, as relações de produção são relações de exploração, ou seja, relações entre classes antagônicas. A luta de classes nos AIEs é apenas um aspecto de uma luta de classes que os ultrapassa, pois ela não se origina neles. Da mesma maneira, a ideologia que uma classe dominada defende dentro de e contra os AIEs os ultrapassa, pois também não se origina neles. O autor afirma que a luta de classes nunca acaba e que o combate da classe dominante, que tenta unificar os elementos e as formas ideológicas existentes, não finaliza. A ideologia dominante “nunca chega a resolver, totalmente, suas próprias contradições” (ALTHUSSER, 2003, p.111-112), uma vez que essas são o reflexo da luta de classes.

Assim, os aparelhos ideológicos de Estado são o lugar e o marco de uma luta de classes que prolonga, nos aparelhos da ideologia dominante, a luta de classes geral que domina a formação social em seu conjunto. Dentro desse contexto de tentativa de imposição da ideologia dominante, há uma “resistência”. Se há resistência, há luta e essa luta é o eco da luta de classes.

A partir dessa concepção, Althusser distingue o aparelho político de Estado (chefe de Estado, governo, administração) do aparelho ideológico de Estado político. O primeiro pertence ao aparelho de Estado (repressivo), e o segundo, ao aparelho ideológico de Estado. A expressão “[...] aparelho ideológico de Estado político” refere-se ao “sistema político ou a constituição de uma formação social dada.” (ALTHUSSER, 2003, p.115).

Os princípios do regime parlamentar possuem um caráter ideológico. Toda a ideologia burguesa sustenta essa evidência dos direitos do homem, que determina que cada indivíduo seja livre para escolher, em política, suas ideias e o âmbito de sua atuação (seu partido). A matriz dessa ideologia dominante é a ideologia jurídica, indispensável ao funcionamento do direito burguês. Estamos aí frente a uma ideologia dominante.

Segundo Althusser (2003, p.125), cada classe se reconhece a si mesma numa ideologia particular e não arbitrária, aquela que está enraizada em sua prática estratégica e que é capaz de unificá-la e orientar sua luta de classe:

A classe operária, ainda que seja sensível a elementos de ideologia religiosa, moral e jurídica, reconhece-se, antes de mais nada, numa ideologia de natureza política, não na ideologia política burguesa (domínio de classe), mas na ideologia política proletária, a da luta de classes para a supressão das classes e para a instauração do comunismo. É essa ideologia, espontânea em suas primeiras formas (o socialismo utópico), e instruída desde a fusão do movimento operário e da teoria marxista, o que constitui o núcleo da ideologia proletária.

Pêcheux vai (re)tomar as discussões propostas por Althusser sobre a luta de classes para discutir a questão da língua. Segundo ele, a língua é indiferente à divisão de classes e à sua luta, mas as classes não são indiferentes à língua. Pelo contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política. Essa “indiferença” da língua em relação à luta de classes caracteriza a autonomia relativa do sistema linguístico.

Para Pêcheux, a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, no campo da ideologia, significa que a luta de classes “passa por” aquilo que Althusser chamou de aparelhos ideológicos de Estado. Nesse sentido, a luta do proletariado no interior dos aparelhos ideológicos de Estado é uma luta contra sua estrutura e seu funcionamento, pois a apropriação subjetiva da política do proletariado supõe uma desidentificação, ligada a uma transformação subjetiva da imputação, da representação e do sentido. A relação com a história, com as massas e com o partido comunista como organização política é uma relação de desidentificação.

Segundo Althusser, não é no campo das ideias que as ideologias existem e, portanto, não é aí que se encontra seu interesse teórico. As ideologias têm existência material, e é nesse domínio que devem ser estudadas, não enquanto ideias. Devem-se estudar as ideologias como conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção.

A ideologia utiliza a sujeição como mecanismo para levar o agente social a reconhecer o seu lugar. Essa sujeição Althusser entende como um mecanismo de duplo efeito: “[...] o agente se reconhece como sujeito e se sujeita a um Sujeito absoluto.” (ALTHUSSER, 2003 p.08). Em cada ideologia, o lugar do sujeito é ocupado por entidades abstratas (Deus, a Humanidade, o Capital, a Nação, entre outros) que, mesmo sendo específicas em cada uma, são perfeitamente equivalentes nos mecanismos da ideologia em geral. Esse mecanismo de sujeição existe num conjunto de práticas, de rituais situados em um conjunto de instituições concretas e não apenas nas ideias, e sua unidade lhe é conferida pela ideologia dominante. Portanto, esse conjunto de instituições concretas é composto pelos aparelhos ideológicos de Estado.

Em seu trabalho, Althusser questiona o papel da ideologia na reprodução imediata das relações de produção e das forças produtivas. Ele procura demonstrar que, na própria reprodução das forças produtivas, existem, em jogo, mecanismos ideológicos. E o papel da ideologia, portanto, é fazer reconhecer a equivalência entre o trabalho humano qualitativo e a quantidade de força de trabalho empregada no processo de produção. Assim, a teoria da ideologia althusseriana não admite que exista uma ideologia e que esta seja dominante no sentido de determinar a unificação dos aparelhos ideológicos.

Althusser apresenta a tese de que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Dessa forma, ela não é uma representação imaginária do mundo, invertida, deformada e de que baste interpretar tal inversão e deformação para resgatar o seu conteúdo verdadeiro. Para ele, o objeto da ideologia é a relação do “sujeito” com o mundo ou, mais precisamente, com suas condições reais de existência. O autor defende que o indivíduo é produto das relações sociais e que a ideologia é dada a ele nessas relações. Pêcheux (1997, p.73) acrescenta que o ideológico, enquanto “representação” imaginária, está subordinado às forças materiais “que dirigem os homens”, reinscrevendo-se nelas.

Outra tese de Althusser (2003, p.41) é a de que a “ideologia tem uma existência material”. Essa tese aponta para a existência não espiritual, mas material das “ideias” ou outras “representações”. As “ideias” de um sujeito existem em seus atos, ou devem existir em seus atos, inscritos em práticas. E estas práticas se inscrevem no seio da existência material de um aparelho ideológico. Em outros termos,

[...] a ideologia não é um ato de pensamento solitário do “indivíduo”, mas uma relação social que tem por objeto representações; e, além disso, que o objeto da representação não é a materialidade dos homens e da natureza, mas sim as relações sociais “reais”, isto é, as relações práticas que põem em relação os homens entre si e com a natureza. (ALTHUSSER, 2003, p.41).

Essa ideologia é material no sentido de que suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, práticas estas que são reguladas por rituais materiais, definidos pelo aparelho ideológico material pertinente às ideias desse sujeito. A partir disso, Althusser define que “não existe prática senão através de e sob uma ideologia” e “não existe ideologia senão através do sujeito e para sujeitos” (ALTHUSSER, 2003, p.42). Segundo o autor “A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”. Ela existe para sujeitos concretos, o que só é possível por meio da categoria sujeito e do modo de funcionamento dessa categoria. Assim, segundo o autor, toda ideologia tem por função, e é isso que a define, constituir indivíduos concretos enquanto sujeitos. Com isso, ele propõe duas teses: “só há

prática através de e sob uma ideologia” e “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 2003, p.93).

Pêcheux, com a contribuição de Haroche e Henry, complementa a discussão althusseriana sobre o fato de o indivíduo ser interpelado pela ideologia, dizendo que o funcionamento da ideologia em geral, como interpelação dos indivíduos em sujeitos, realiza-se por meio das formações ideológicas, caracterizadas como “[...] um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica de uma formação social em um momento dado.” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007, p.26). Sendo assim, “[...] cada formação ideológica constitui [...] um complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras [...]”, fornecendo “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas.

Althusser (2003, p.93) defende que as ideologias “têm uma história sua”, mas que “a ideologia em geral não tem história”, não em uma acepção negativa (o de que sua história está fora dela), mas num sentido totalmente positivo. Isso porque a ideologia tem uma estrutura e um funcionamento próprios que fazem dela uma realidade não histórica, no sentido em que essa estrutura e esse funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história.

A ideologia dominante, segundo Althusser, é também o resultado de uma luta de classes, por meio da qual a burguesia só conseguiu seu objetivo sob a condição de lutar simultaneamente contra a antiga ideologia dominante, que sobrevive nos antigos Aparelhos, e contra a ideologia da nova classe explorada, que busca suas formas próprias de organização e de luta. E essa ideologia se estabelece por meio de uma luta externa contra essas duas classes e também por meio de uma luta interna, destinada a superar as contradições dentro da própria classe burguesa e a realizar a unidade da burguesia como classe dominante.

Esse combate pela unificação da ideologia dominante é sempre inacabado devido à persistência das formas ideológicas e dos aparelhos ideológicos de Estado da antiga classe dominante, que se mantêm sob forma de resistência à luta de classe, que ela precisa dirigir contra as formas nascentes da ideologia da classe dominada.

Pêcheux contradiz Althusser quando este demonstra que cada classe possui sua ideologia (a classe burguesa, o proletariado, etc.). Na concepção pecheutiana é impossível atribuir a cada classe sua ideologia, como se cada uma delas vivesse “previamente à luta de classes”, em seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas. A esse respeito, afirma que se trata de uma relação em constante assimetria, “[...] sendo a luta de classes

ideológica o encontro de dois mundos distintos e preexistentes, cada um com suas práticas e suas 'concepções de mundo', seguindo-se a esse encontro a vitória da classe 'mais forte', que imporia, então, sua ideologia à outra." (PÊCHEUX, 1997, p.144).

Segundo Pêcheux, a ideologia da classe dominante não se torna dominante "pela graça do céu"; os aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão da dominação da ideologia da classe dominante. Eles são seu lugar e meio de realização, isso quer dizer que é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado que essa ideologia é realizada e se realiza, e, portanto, torna-se dominante. Entretanto Pêcheux ressalta que os AIEs não são meros instrumentos da classe dominante, simples máquinas ideológicas que reproduzem as relações de produção existentes. E aí o autor (re)toma Althusser dizendo que o estabelecimento dos AIEs ocorre no palco de uma dura e ininterrupta luta de classes.

Pêcheux coloca que as condições ideológicas da reprodução/trans formação das relações de produção são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado. Cada aparelho ideológico de Estado não contribui de maneira igual para a reprodução das relações de produção e para sua transformação. Suas propriedades "regionais" é que condicionam sua relevância no interior do conjunto dos AIE, e isso em função do estado da luta de classes na formação social considerada.

Nesse sentido, o autor afirma que a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do "todo complexo com o dominante" das formações ideológicas de uma formação social dada. Esta estrutura é a da contradição reprodução/trans formação que constitui a luta ideológica de classes. Assim, ele propõe que "só há prática através de e sob uma ideologia" e que "só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos" (PÊCHEUX, 1997, p.149), citando na íntegra e anuindo às proposições althusserianas.

Segundo Althusser (2003, p.13), o processo de reprodução da força de trabalho "[...] não é exclusivamente econômico, mas social, combinando efeitos de reprodução material, de reprodução da submissão e de reconhecimento da ordem." Assim, de acordo com a metáfora espacial apontada por ele, o Estado se fixa à infraestrutura econômica e é determinado por ela, daí sua concepção de "comitê diretor" da classe dominante. O Estado seria, portanto, instrumento de dominação de uma classe, e não lugar de contradição e de luta de classe.

O funcionamento, tanto coercitivo quanto ideológico do aparelho de Estado, não é neutro ou instrumental, nem unidirecional, mas, sim, contraditório. Assim, não basta que uma determinada classe ou partido "tome" o poder do Estado para que a situação mude, pois isso não eliminaria o caráter contraditório do Estado, nem a luta de classes em seu seio.

Para Althusser, o Estado só tem sentido em função do poder de Estado, portanto, é necessário distinguir o poder de Estado do aparelho de Estado. Propondo-se a definir poder de Estado, limita-se a distinguir Estado e detenção do poder de Estado:

[...] o Estado (e sua existência em seu aparelho) só tem sentido em função do poder de Estado. Toda a luta de classes gira em torno do Estado. Entenda-se: em torno da detenção, isto é, da tomada e da conservação do poder de Estado, por uma certa classe, ou por uma aliança de classes ou de frações de classe. (ALTHUSSER, 2003, p.24).

Para o autor, todos os aparelhos ideológicos “[...] concorrem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas [...]” (ALTHUSSER, 2003, p.34). Observa-se, portanto, que o aparelho de Estado concorre para reproduzir a ideologia que convém às relações de exploração capitalista e não às relações de exploração propriamente ditas.

É relevante ressaltar que Althusser (1996, p.114) coloca que, “[...] enquanto o Aparelho (repressivo) – unificado – de Estado pertence inteiramente ao domínio *público*, a grande maioria dos Aparelhos Ideológicos do Estado (em sua aparente dispersão) pertence, ao contrário, ao domínio privado.” Além disso, conforme já apresentamos anteriormente, os aparelhos repressivos do Estado funcionam por meio da violência, inclusive física, e da repressão, e também pela ideologia. Os Aparelhos Ideológicos do Estado, por sua vez, funcionam por meio da ideologia e, em segundo plano, pela repressão, seja ela atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica. Assim, constata-se que não existe aparelho puramente ideológico ou puramente repressivo.

A ideologia na qual funcionam os AIEs está sempre unificada sob a ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante. Esta classe dominante detém o poder do Estado e dispõe do Aparelho (repressivo) do Estado, portanto, ela está ativa nos dois tipos de aparelhos.

Segundo Althusser, a reprodução das relações de produção é assegurada pelo exercício do poder do Estado nos Aparelhos de Estado: o Aparelho Repressivo do Estado, por um lado, e os Aparelhos Ideológicos do Estado, por outro. No entanto, todos os aparelhos do Estado funcionam, ora por meio da repressão, ora por meio da ideologia. A diferença é que o Aparelho repressivo do Estado funciona principalmente por meio da repressão enquanto que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente por meio da ideologia.

A partir disso, Althusser (2003, p.78) coloca as seguintes teses:

1 – Todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas.

2 – Cada um deles concorre para este fim único na maneira que lhe é própria.

3 – Este concerto é regido por uma única partitura, por vezes perturbada por contradições [...] a Ideologia da classe atualmente dominante.

Enfim, o filósofo marxista afirma que os AIEs representam a forma pela qual a ideologia da classe dominante deve se realizar e a forma com a qual a ideologia da classe dominada deve medir-se e confrontar-se. Segundo ele, as ideologias não nascem dos/nos AIEs, mas das classes sociais em luta: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta.

Ele também destaca que a burguesia estabeleceu como seu aparelho ideológico de Estado nº. 1, e, portanto, dominante, o aparelho escolar, que substituiu, ao longo dos anos, o antigo aparelho ideológico de Estado dominante, a Igreja, em suas funções.

Assim, Althusser defende que todos os aparelhos ideológicos de Estado concorrem para um mesmo fim, que é a reprodução das relações de produção capitalista. Cada um deles faz isso submetendo os indivíduos a uma ideologia, a ideologia da classe dominante. Isso é feito, sobretudo, por meio da Escola. Esta, ao mesmo tempo em que cumpre sua função de transmitir conhecimentos aos indivíduos, também ensina, de forma “mascarada e silenciosa”, as regras do bom comportamento e as conveniências sociais, ou seja, inculca nos indivíduos a submissão à ideologia dominante.

Para Pêcheux, os aparelhos ideológicos de Estado constituem o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção, isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista. Daí a expressão reprodução/transformação por ele empregada.

Destarte, o autor diz que se poderá

[...] dar mais um passo no estudo das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção dizendo que essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação social comporta [...] na verdade, seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, *todos os aparelhos ideológicos de Estado* contribuem *de maneira igual* para a reprodução das relações de produção e para sua transformação. De fato, suas propriedades “regionais” [...] condicionam sua importância relativa (a desigualdade de suas relações) no interior do conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado, e isso em função do estado da luta

de classes na formação social considerada (PÊCHEUX, 1997, p.145, grifo do autor).

Nesse sentido, Pêcheux aponta que uma instância ideológica tem sua materialidade concreta sob a existência de formações ideológicas que, concomitantemente, possuem um caráter regional e comportam posições de classe, nas quais reside o vínculo contraditório entre reprodução e transformação das relações de produção encadeadas ao nível ideológico.

A luta de classes é, segundo Althusser (1973, p.28, tradução nossa), “o motor (conceito novo) da história – que move, que faz avançar, ‘mexer’ a história.”⁵ Pêcheux (1997, p.152) complementa explicando que a história é a história da luta de classes, “a reprodução/transformação das relações de classes – com os caracteres infraestruturais (econômicos) e superestruturais (jurídico-políticos e ideológicos) que lhes correspondem”. E assim, a história constitui-se enquanto um imenso sistema natural-humano no interior do qual “a Ideologia é eterna (omni-histórica) – enunciado esse que faz eco à expressão de Freud: ‘o inconsciente é eterno’.”

Com isso, surgem duas categorias aparentemente contraditórias e excludentes: ideologia e inconsciente. Porém, é pautado na vinculação entre essas duas categorias que Pêcheux proporá um outro olhar teórico para a reprodução/transformação das relações de classe. Segundo o autor, é uma articulação conceptual de grande peso que ainda está “no estágio dos ‘vislumbres’ teóricos penetrando a obscuridade.” (PÊCHEUX, 1997, p. 152).

Contudo pode-se perceber o caráter comum das estruturas-funcionamentos da ideologia e do inconsciente que “[...] é o de dissimular sua própria existência no interior do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’.” (PÊCHEUX, 1997, p.153).

Foi pelo viés dessa evidência subjetiva que Althusser (2003, p.94) concebeu o sujeito como uma categoria, como uma evidência primeira. Para ele todos são sujeitos (livres, morais, etc.). Isso levou Pêcheux (1997), conforme ele próprio disse, a ver a necessidade de uma teoria materialista do discurso, em que essa evidência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) se vinculasse a outra evidência: a do sentido.

Pêcheux, dessa forma, construirá uma teoria do discurso, tendo por objeto teórico o discurso enquanto o lugar da constituição do sujeito e da constituição do sentido, constituições essas mediadas pela materialidade da língua. Conforme já

⁵ [c'est la lutte des classes] qui est le moteur (nouveau concept) de l'histoire – qui meut, qui fait avancer, «bouger» l'histoire (ALTHUSSER, 1973, p.28).

dissemos, o autor, diferentemente de Althusser, preocupou-se com os estudos da linguagem, fazendo uma articulação entre a língua e os processos sócio-históricos e ideológicos, em que concebe o sistema linguístico como uma base material comum sobre a qual desenrolam processos discursivos variados.

Assim, a teoria do discurso, enquanto um campo outro de saber, projeta a constituição dos sujeitos e sentidos na relação da língua com a ideologia e o inconsciente, colocando “[...] que, sob a *evidência* de que ‘eu sou realmente eu’ [...], há o processo de interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio [...]” (PÊCHEUX, 1997, p.159, grifo do autor). É a ideologia que fornece essas evidências, as quais fazem com que um enunciado “queira dizer” o que “realmente” o sujeito quer dizer, mascarando-se, assim, sob a transparência da linguagem, o caráter material do sentido.

Segundo Pêcheux (1997, p.160.), esse caráter material do sentido “[...] consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo das formações ideológicas’.” Ele esclarece que

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). [...] *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX, 1997, p.160, grifo do autor).

Destarte, as palavras, expressões, proposições etc. produzem sentidos no âmbito das formações discursivas nas quais foram concebidas, pois não possuem “um” sentido que lhe seja próprio, inerente a sua literalidade. Ao contrário, os sentidos se constituem no seio de cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões, ou proposições da mesma formação discursiva.

Além disso, o autor coloca que “[...] *toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’, das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas definido mais acima.*” (PÊCHEUX, 1997, p.162, grifo do autor).

Dito de outra forma, toda formação discursiva camufla sua dependência ao interdiscurso que se refere a esse todo complexo com dominante e assim o faz pela transparência de sentido que nela se forma, levando-a a dissimular a objetividade material contraditória do interdiscurso que “[...] reside no fato de que ‘algo fala’ [ça parle] sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.” (PÊCHEUX, 1997, p.162).

Assim sendo, por meio dessa compreensão teórica da constituição do sujeito e do sentido, na articulação da ideologia e do inconsciente, Pêcheux (1997) concebe que o que pode ser observado é uma ilusão dos sujeitos que se veem como a fonte, a origem do seu discurso (esquecimento n° 1) e como mestres e dominadores do seu dizer (esquecimento n° 2), ilusões essas que são estruturantes, pois são apodíticas para a existência de sentidos e sujeitos e necessárias para que a linguagem funcione na produção de sentidos e na constituição dos sujeitos.

É, pois, na conjuntura desse trabalho político-ideológico sobre o complexo dos aparelhos ideológicos de Estado e, portanto, sobre as formações ideológicas e as formações discursivas que lhe são coextensivas, que a teoria do discurso emerge, enquanto uma prática discursiva. Conforme Pêcheux (1997, p.213, grifo do autor),

[...] toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado nas *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas. Essas formações discursivas mantêm entre si relações de determinação dissimétricas (pelos “efeitos de pré-construído” e “efeitos-transversos” ou “de articulação” [...]) de modo que elas são o lugar de um *trabalho de reconfiguração* que constitui, segundo o caso, um trabalho de redescobrimto-reprodução-reinscrição ou um trabalho politicamente e/ou cientificamente produtivo.

Isso demonstra a acuidade epistemológica do autor por meio da qual propôs o discurso como outro objeto teórico, cujo funcionamento assenta-se na articulação ideologia/inconsciente e nos complexos mecanismos da constituição do sujeito no engendramento da natureza social e individual. Sendo um trabalho de (re)tomadas, (re)produção, (re)inscrição, Pêcheux resgata Freud via Lacan, (re)tomando e (re)inscrevendo a noção de inconsciente. É por meio dessa noção que se coloca o sujeito, pois sua consciência está descentrada pelo inconsciente. Além disso, Pêcheux retorna a Marx via Althusser, ao retomar uma noção de ideologia por meio da qual se sabe que o sujeito não age sob sua intencionalidade, mas pelo viés de uma ideologia, sendo essa constituição do sujeito estabelecida no e pelo discurso, instaurado a partir de mecanismos linguísticos.

Resumindo, podemos dizer que Pêcheux, (re)retomando e (res)significando as noções de ideologia e inconsciente na língua, reproduz um campo teórico

outro na construção de pressupostos que passam a servir de suporte para uma teoria do discurso.

Considerações finais

Depois dessa breve incursão por alguns dos caminhos epistêmicos da constituição conceptual do campo teórico proposto por Pêcheux, em que buscamos estabelecer (re)tomadas e (res)significações de Pêcheux sobre Althusser, acreditamos ter problematizado alguns aspectos da teoria althusseriana, (re)inscritos na esteira conceptual de uma teoria materialista do discurso. Além disso, aventamos a possibilidade de termos delineado o processo pelo qual uma teoria se constitui enquanto um campo epistemológico outro, promovendo uma relação de (des)continuidade.

Ficou-nos evidente que Pêcheux admite que Althusser contribuiu para reconhecer a legitimidade da luta política e social no conjunto da sociedade, transbordando os limites da luta sindical e parlamentar em que o pensamento oficial enredava a luta de classes. Entretanto, coloca que o compromisso político de Althusser, que era o de apenas ampliar a estratégia oficial e não de romper com ela, faz com que seu compromisso teórico consista em acrescentar uma outra relação de/entre órgãos àqueles já propostos pela teoria marxista. Pêcheux destaca que Althusser não priorizou a análise dos processos políticos, econômicos e ideológicos que tecem a trama da luta de classes.

Dessa forma, uma visão extremamente simplista dos aparelhos ideológicos como meros agentes para garantir o desempenho do Estado e da ideologia atraiu para Althusser as frequentes críticas de funcionalismo. Isso se deve ao fato de que ele não inclui nas suas preocupações questionamentos sobre o surgimento desses aparelhos ideológicos e sobre sua lógica, conforme a época. Não há a noção de continuidade histórica e cada fase é uma fase em si, dentro da qual as diferentes instituições se articulam, sempre de forma relativa.

Nessa perspectiva, Pêcheux, ao se preocupar com a análise dos processos políticos, econômicos e ideológicos que tecem a trama da luta de classes, vislumbrou a necessidade de instituir uma teoria do discurso que demonstrasse o lugar da materialidade desse processo sócio-histórico-ideológico e político-econômico, um lugar em que se instaurasse efeitos dessas práticas. A partir dessa necessidade, (re)tomando noções da teoria althusseriana como ideologia, aparelhos ideológicos de Estado, luta de classes, relações de poder, sujeito, interpelação, aliciadas às noções de língua e inconsciente, o autor funda um campo teórico outro, que (re)lê, (re)toma e (res)significa Althusser, na medida em que (re)monta e (re)articula a conjuntura conceptual do que foi tomado como esboço epistemológico para uma teoria do discurso.

FERREIRA-ROSA, I.; MESQUITA, D. P. C. de; CARVALHO, S. F. E. M. (Re-)visiting and (re-)signifying Pêcheux in relation to Althusser. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.1, p.249-269, 2011.

- **ABSTRACT:** *This paper aims to analyze the underpinnings of Marx theory on the materialist theory of discourse proposed by Pêcheux, when he inaugurates a new field of study in Linguistics, his Discourse Analysis – by proposing an interface analysis of the theoretical and conceptual assumptions put forth by Louis Althusser's and the theoretical notions put forth by Pêcheux. Thus, we will discuss some elements of this theoretical episteme which has been inaugurated in the Linguistics realm, and by evaluating how Pêcheux (re)signified and (re)read Althusser's claims about historical materialism. To accomplish this purpose, we will discuss a specific reference on language, semantics and ideology to map Althusser's notions Pêcheux (re)visits and (re-)signifies, processes the results of which account for the conceptual displacements that integrated the theoretical framework of Discourse Analysis. Our mapping reveals the scholar's concern with constructing a theory that demonstrates both the locus where materiality of political, economic, and ideological processes are intertwined in the class struggle fabric, and the locus where the effects of those processes are instantiated.*
- **KEYWORDS:** *Pêcheux. Louis Althusser. Ideology. Discourse. (Re-)Visited, (Re-)signification.*

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 9.ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

_____. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação. In: ŽIŽEK, S. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.105-142.

_____. *Réponse à John Lewis*. Paris: François Maspero, 1973.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p.13-31.

HERBERT, T. Observações para uma teoria geral das ideologias. *Rua*, Campinas, n.1, p.63-89, 1995.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4.ed. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.

_____. Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. Tradução de Celene N. Cruz e Clémence Jouët-Pastré. In: _____. *Línguas e instrumentos linguísticos*. São Paulo: Pontes, 1998. p.7-32.

_____. Análise automática do discurso. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p.61-161.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p.163-253.

Recebido em setembro de 2010.

Aprovado em dezembro de 2010.

